

## PROPOSTA DO CURSO

### **Informações da Escola da Magistratura**

Unicorp - Universidade Corporativa TJBA

### **Identificação do Curso**

**Natureza:** Curso de aperfeiçoamento para vitaliciamento e para promoção na carreira

**Tema:** Português Forense

**Período de Realização:** 11 e 12 de abril de 2019

**Coordenador do Curso e titulação:** Gabriel Henrique Collaço, Especialista

**Modalidade:** Presencial

**CARGA HORÁRIA:** 20 horas/aula

### **JUSTIFICATIVA**

O curso “Português Forense” utiliza de técnicas criativas de comunicação oral e escrita e tem o objetivo de proporcionar ao magistrado espaço para discussão e produção de textos orais e escritos em diferentes modalidades, oportunizando a análise de materiais publicados e com apontamento de perspectivas possíveis para a elaboração de textos com criatividade. Os tópicos básicos de língua portuguesa são abordados para a correção e cumprimento de características próprias da redação jurídica com simplicidade. O curso é pautado na necessidade de que todos têm de dominar as diversas linguagens que compõem a nossa língua.

É sabido que para ser magistrado bem-sucedido nas tarefas do dia a dia, precisa-se compreender, interpretar e interagir de forma que se tenha entendimento mútuo. Assim sendo, faz-se necessário o exercício da prática de leitura como atividade que leva à indagação do texto, por meio de análise crítica, abrangendo as mais diferentes áreas de conhecimento. Conjugada à leitura, tem-se a produção textual. A prática visa aperfeiçoamento das competências linguísticas, a fim de que o magistrado possa redigir textos, adequados à norma padrão da língua, com clareza, coesão, coerência, concisão, precisão e objetividade.

Sendo assim, trata-se de curso formativo fundamental para os participantes desenvolverem as habilidades de comunicação. Além disso, o curso auxilia na construção do conhecimento e no aguçar do



senso crítico, base para a compreensão de conteúdos teóricos e de sua aplicação prática, contribuindo para a atividade judicante.

## **OBJETIVO GERAL**

Desenvolver no magistrado o domínio das habilidades de enunciação do discurso jurídico oral e escrito. O compartilhamento de saberes, a partir das estratégias de aprendizagem com uso de metodologias ativas, gera a aprendizagem significativa no contexto da magistratura. Assim, magistrados percebem a construção de textos em determinado contexto, com avaliação e identificação dos elementos de reflexão crítica sobre novos conhecimentos, habilidades e atitudes.

## **ESTRUTURA DO CURSO**

### **APRESENTAÇÃO DO CURSD**

Trata-se de curso de formação continuada ministrado em 20 horas/aula divididas em 02 dias de 10 horas/aula cada uma (hora/aula de 50 minutos). Todas as aulas serão divididas de forma a conciliar a exposição dialogada do tema proposto e o estudo de casos concretos, além da utilização de outras metodologias ativas.

### **AULA 1**

**Tema:** Gramática, Redação e Comunicação

**Disciplina:** Português Forense

**Ementa:** A comunicação escrita. Elementos da comunicação humana. Modalidades de textos.

**Conteúdo Programático:** A comunicação escrita; os elementos da comunicação humana; os diferentes níveis de linguagem; as modalidades de textos; a narração; a descrição; a dissertação.

**Objetivos Específicos:**

- Identificar os aspectos diferenciais da linguagem oral e da linguagem escrita;
- Classificar os níveis de linguagem;
- Discriminar os elementos da comunicação humana;
- Assinalar as características da redação jurídica;
- Diferenciar as características da narração de outros tipos de texto;
- Usar a oratória jurídica a partir da redação de discurso.

**Procedimento metodológico:** Aula expositivo-dialogada. Dinâmica de apresentação com letras de música, poesias e discursos. Análise de materiais publicados na imprensa e de julgados. Uso de métodos ativos na



confecção de exercícios que gerem o conhecimento, a habilidade e as atitudes dos magistrados em relação à língua pátria. Aplicação de relatório de análise individual de oratória. Aplicação de estratégias de percepção de voz, leitura, postura e convicção. Exercícios de particularidades gramaticais. Confecção de discurso a partir da produção textual desenvolvida em aula. Apresentação de cenas de filmes para produção textual com criatividade. Uso de registros reflexivos e outros materiais didáticos em estratégias de ensino diferenciadas, com GVGO, *Storytelling*, Tempestade de ideias, entre outras. Todas as metodologias visam indicadores de eficácia de transmissão de mensagem por meio do magistrado com objetividade na comunicação verbal e não verbal.

## **AULA 2**

**Tema:** Gramática, Redação e Comunicação

**Disciplina:** Português Forense

**Ementa:** Particularidades gramaticais. Comunicação verbal e não verbal. Tendências de comunicação.

**Conteúdo Programático:** particularidades gramaticais; comunicação verbal e não verbal; tendências de comunicação; os vícios de linguagem; os tipos de ouvintes; os elementos do processo de comunicação oral: voz, postura, gesto, expressão facial e linguagem simplificada.

**Objetivos Específicos:**

- Verificar as particularidades gramaticais;
- Aplicar regras gramaticais básicas de acordo com a nova ortografia.
- Aplicar as determinantes da técnica legislativa e da normas da ABNT na redação da sentença.

**Procedimento metodológico:** Aula expositivo-dialogada. Dinâmica de apresentação com letras de música, poesias e discursos. Análise de materiais publicados na imprensa e de julgados. Uso de métodos ativos na confecção de exercícios que gerem o conhecimento, a habilidade e as atitudes dos magistrados em relação à língua pátria. Aplicação de relatório de análise individual de oratória. Aplicação de estratégias de percepção de voz, leitura, postura e convicção. Exercícios de particularidades gramaticais. Confecção de discurso a partir da produção textual desenvolvida em aula. Apresentação de cenas de filmes para produção textual com criatividade. Uso de registros reflexivos e outros materiais didáticos em estratégias de ensino diferenciadas, com GVGO, *Storytelling*, Tempestade de ideias, entre outras. Todas as metodologias visam indicadores de eficácia de transmissão de mensagem por meio do magistrado com objetividade na comunicação verbal e não verbal.

**Bibliografia:**

Básica



ACADEMIA BRASILEIRA DA LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ALMEIDA, Nilson Teixeira de. **Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, ENEM, colégios técnicos e militares**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

AQUINO, Renato. **Português para concursos: teoria e 900 questões**. 30. ed. rev. Niterói: Impetus, 2017.

### **Complementar**

AQUINO, Renato. **Interpretação de texto: teoria e 815 questões comentadas**. 16. ed. Niterói: Impetus, 2016.

\_\_\_\_\_. **Redação para concursos: teoria e testes**. 15. ed. Niterói: Impetus, 2017.

AQUINO, Renato; DOUGLAS, William. **Português e redação jurídica**. 6. ed. Niterói: Impetus, 2017.

MELLO, Ana Cláudia Collaço de; SILVA, Célia Maria da; COLLAÇO, Gabriel Henrique. **Tópicos de língua portuguesa e redação jurídica**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016. NASCIMENTO, Edmundo Dantès.

**Linguagem forense: a língua aplicada à linguagem do foro**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

### **Outras referências**

ACADEMIA BRASILEIRA DA LETRAS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

AGNALDO, Martino. **Português esquematizado: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br>>.

BRASIL. Rede de Informação legislativa e jurídica. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br>>.

**DOCENTE:** Gabriel Henrique Collaço possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo – pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e especialização em Jornalismo Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em Metodologia da Educação a Distância, em Docência para o Ensino Superior e em Marketing Digital e Comércio Eletrônico pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). É jornalista profissional e professor da Unisul, em cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. Assessor pedagógico e de comunicação e professor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), Professor convidado da Escola do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). É formador e professor tutor pela Escola Nacional de Formação e



Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam/STJ) e Professor Contendista e Tutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM/STM). Autor e coautor de livros e de materiais didáticos.

A proposta metodológica da UNICORP está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões.

A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução N. 11, de 7 de abril de 2015, estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado-aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.

Os formandos utilizarão suas experiências e conhecimentos - a partir de uma avaliação diagnóstica - em atividades teórico-práticas para melhor compreender, aprofundar e concretizar sua atuação em novas práticas. Para isso, o aprofundamento teórico será realizado por meio do uso de metodologias ativas, como o estudo de casos concretos, simulações, aulas dialogadas, leituras orientadas e supervisionadas e demais estratégias de "ensinagem"

Para isso, são utilizados recursos multimídia como: computador, *datashaw*, caixas de som, quadro branco e pincel e, ainda, ferramentas: material didático com partes extraídas de sentenças, atos normativos, artigos científicos e de opinião, selecionados em periódicos, para estudo, apreciação crítica e revisão nos momentos de estratégias didáticas.

No curso, com o estudo do português forense, tem-se a intenção de retirar o ranço que normalmente as gramáticas apresentam de terminologias difíceis e facilitar a compreensão do conteúdo a partir de linguagem acessível e de exercícios e exemplos retirados do cotidiano e da atividade judicante. Além disso, ao recordar os elementos do processo de comunicação e as características da redação jurídica, de modo a que o magistrado, quando redigir, os aplique em seu texto, contribuindo assim para o deixar legível e entendível.

## AVALIAÇÃO

### Do aluno:

Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco



na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas.

A análise da capacidade de aplicar o conhecimento para solucionar questões que surjam no exercício profissional será realizada pelo docente a cada aula, o que possibilitará ao participante receber orientações para corrigir e aperfeiçoar o seu processo de aprendizagem. Assim a avaliação será realizada ao longo de todo o curso para que os participantes tenham oportunidade de receber os necessários *feedbacks* dos docentes de cada tema. Ademais, o sistema de avaliação deverá procurar reproduzir ao máximo as situações que exigirão aplicação dos conhecimentos adquiridos.

O coordenador iniciará esse processo por meio de uma avaliação diagnóstica, quando verificará o conhecimento prévio dos alunos sobre o conteúdo a ser estudado. Essa avaliação será feita com a utilização da técnica de *brainstorm*. A seguir haverá uma verificação das dificuldades de aprendizagem e caracterização das possíveis causas destas para que, nesse caso, possa haver um redirecionamento das ações pedagógicas. Como última etapa, o instrumento de avaliação com situações de textos problema irá determinar se os objetivos propostos foram ou não atingidos ao final da unidade ou curso.

As horas finais de cada aula serão destinadas às discussões e debates a partir das situações concretas da língua portuguesa apresentadas nos julgados ou materiais de periódicos, conforme a proposta de metodologia ativa presente na Instrução Normativa nº1/2017. No momento também será avaliada, pelo professor, a capacidade dos magistrados de aplicar o conhecimento obtido para solucionar as questões que surgirão em relação a escrita e a oralidade no seu exercício profissional.

O processo de avaliação do cursista será baseado também nos seguintes critérios: assiduidade e pontualidade, exigindo-se frequência mínima de 75%, cujo controle será realizado por meio de registro eletrônico de presença; conhecimento, postura, interesse e participação, além de trabalhos em sala a serem realizados pelo cursista.

Ressalta-se que será aplicado também o Registro Reflexivo, formulário de autoavaliação dos magistrados que busca aferir a mudança de comportamento, a obtenção dos resultados pretendidos e a aplicabilidade do conhecimento adquirido à vida profissional.

#### **Do Curso:**

O magistrado-aluno preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: a estrutura do curso (quanto ao programa e metodologia aplicada), adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas, desenvolvimento dos temas de acordo com os objetivos específicos, avaliação dos professores, qualidade da infraestrutura, do material de apoio e da equipe da Escola.



**INVESTIMENTO HORA-AULA DO FORMADOR: Pós-Graduação, Especialização, R\$315,00 (trezentos e quinze reais) X 20 horas de curso = Total: 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).**



**Gabriel Henrique Collaço**

Formador

